



CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COMISSÃO DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, TURISMO, OBRAS, SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

EMENTA: Projeto de lei Ordinária Nº 086/2025 – DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ABONO-FUNDEB AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA/ES.

RELATÓRIO

Trata-se de análise dessa Relatoria, referente à autorização legislativa para que o Poder Executivo Municipal conceda, no exercício financeiro de 2025, **abono salarial** aos profissionais da educação básica em efetivo exercício, utilizando-se de recursos vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, especificamente do percentual mínimo de **70% destinado à remuneração desses profissionais**, conforme determina o art. 212-A da Constituição Federal.

A medida pretende garantir a correta aplicação dos recursos, em consonância com a legislação federal, especialmente quando houver excedente de recursos do FUNDEB – 70% ao final do exercício financeiro.

A matéria provém do Projeto de Lei de nº 86/2025, o qual foi apresentado à Câmara Municipal de Marilândia/ES, pelo Chefe do Poder Legislativo em 19/11/2025 em que solicita: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ABONO-FUNDEB AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA/ES.

Junto com a PLO vem:

- OF/Gabinete do Prefeito/Nº 618/2025;
- Mensagem;
- Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro;
- OFÍCIO Nº 862/2025 da SEMED municipal.

É o relatório.

ANALISE

Vem a essa comissão por força do artigo 60 combinado o inciso I e III letras “a” “b”, inciso IV do artigo 55 e artigo 49 do Regimento Interno desta Casa para análise, PLO nº 086/2025 em que: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ABONO-FUNDEB AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA/ES.

No tocante quanto a competência, verificamos ter amparo legal e constitucional previsto no artigo 30, conforme segue transcrito.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;





CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Sob o aspecto de interesse local, como previsto na Carta Maior acima transcrito, não é demais reforçar nosso entendimento, de que a estrutura federativa brasileira, Estados e Municípios, também dispõem de autonomia basilares para disporem sobre assuntos de interesse local, artigo 28º, inciso I da Constituição Federal do Estado do Espírito Santo e artigo 8º da Lei Orgânica do município de Marilândia/ES. In verbis:

Art. 28º. Compete ao Município:

I - Legislar sobre assunto de interesse local;

Art. 8º - Compete ao Município:

I - Legislar sobre assunto de interesse local;

Quanto a competência esta é exclusiva do Chefe do Poder Executivo municipal, conforme preleciona do artigo 64, inciso VI da Lei Orgânica

Art. 64 – Compete privativamente ao Prefeito:

I – [...]

VI - Dispor sobre sua organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (destaque nosso)

Quanto a competência esta é exclusiva do Chefe do Poder Executivo municipal, conforme preleciona do artigo 64, inciso VI da Lei Orgânica, artigos 37 e 212-A da Constituição Federal.

Art. 64 – Compete privativamente ao Prefeito:

I – [...]

VI - Dispor sobre sua organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei.

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o **caput** do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

CONCLUSÃO

Em face ao exposto, as documentações anexas a matéria e análise ora apresentada, denotamos está apta em ser apreciada, e, passar ao crivo do Plenário, para no mérito votar pela **APROVAÇÃO** do PLO nº 86/2025.

Sala das Comissões em 02 de dezembro de 2025.

Josué Batista da Silva

Presidente do Relato



Autenticar documento em <https://marilandiaonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 38003400350030003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO
PARECER FINAL DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, TURISMO, OBRAS, SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO, no dia 02 de dezembro de 2025, a comissão se reuniu ordinariamente, para deliberar Projeto de Lei Ordinária nº 086/2025 em que: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ABONO-FUNDEB AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA/ES, lido na 31ª sessão ordinária do dia 01 de dezembro de 2025.

Após emissão do relatório, a Comissão passou a deliberar sobre a matéria, ficando decidido por unanimidade acompanhar o voto do relator pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Ordinária nº 086/2025**. Eu Paulo Costa, Secretariei a presente reunião, que após lida e discutida a matéria, lavrei o presente Parecer Final.

Sala das Comissões em 02 de dezembro de 2025.

Paulo Costa
Secretário

Ailton Nunes dos Anjos
Vice Presidente

Josué Batista da Silva
Presidente - Relator



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://marilandia.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 38003400350030003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **PAULO COSTA** em 02/12/2025 15:11

Checksum: **62C4CF6B0456708869897D60B57898389BAA793C1EA5DE365AEC0BBCB0FFE02C**

Assinado eletronicamente por **JOSUÉ BATISTA DA SILVA** em 02/12/2025 15:11

Checksum: **B1B0E6AA625178E8974B7BF4E052F6906680B5A0D3C472C208179654A880C115**

Assinado eletronicamente por **AILTON NUNES DOS ANJOS** em 03/12/2025 15:08

Checksum: **A2667D0E6982DB5F7D2907C4A4E1C8ED820C16E4996AA8E2303DF0A122F82AA7**

